



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

BPN precisa de 2,5 mil milhões de euros

ENTRE IMPARIDADES e insuficiências de fundos próprios, que agora têm de ser no mínimo de 8%, a factura de manter o BPN como banco eleva-se para 2,5 mil milhões.

António Costa
acosta@economicasgps.com

Manter o BPN como banco autónomo custará 2,5 mil milhões ao Estado português. Isto porque às imparidades já detectadas no BPN de 1,8 mil milhões de euros, somam-se agora mais 700 milhões de euros de um reforço necessário dos capitais próprios de base, para cumprir a nova meta de Tier 1 mínimo de 8%, imposta pelo Banco de Portugal. Recorde-se que quando foi nacionalizado, o BPN, segundo revelou o Ministro das Finanças Teixeira dos Santos, "não cumpria os rácios mínimos solvabilidade" impostos pelo Banco de Portugal. Isto é, um Tier 1 de 4% e um rácio de solvabilidade de 8%. O BPN tinha capitais próprios negativos e rácios de solvabilidade abaixo do mínimo exigido. Estas necessidades de capital para viabilizar o banco, agora reconhecidas, tornam mais difícil a decisão das Finanças de manterem o banco autónomo. Entretanto, e apesar de o Governo ainda não ter definido a solução que quer para o BPN (o que conta fazer até ao final do semestre), Francisco Bandeira já apresentou à rede comercial as novas metas para o

BPN. O presidente do banco apresentou aos colaboradores da rede de agências os objectivos traçados para o futuro do BPN. Na prática, Francisco Bandeira apresentou, a 28 de Fevereiro, um "plano de dinamização comercial 2009", onde admite que o "desempenho negativo do BPN é uma realidade", mas tal não impede de estabelecer como meta "alcançar em 2011 os indicadores médios do mercado".

Foram três as possíveis soluções para o BPN apresentadas pela nova administração do banco ao Ministério das Finanças: a venda em bloco (privatização) ou em parte dos activos da instituição ao sector privado; a manutenção do BPN como instituição autónoma e, se não houver outra solução, a integração do BPN no grupo CGD, com venda posterior de balcões ou com a integração destes na rede da Caixa. Francisco Bandeira já disse, no entanto, que "se for do interesse do Governo devolver o banco ao mercado, a CGD pode estar interessada, mas só até um determinado preço". As imparidades detectadas no BPN, e admitidas publicamente por Norberto Rosa, administrador do banco, atingiram os 1,8 mil milhões de euros. Um valor que re-

Para atingir um rácio de fundos próprios de base de 8%, tal como é recomendado agora pelo Banco de Portugal, o BPN precisa de mais 700 milhões de euros.

flecte as perdas em créditos do BPN e também do Banco Insular, no BPN Cayman e no BPN IFI (de Cabo Verde). Esta avaliação (que está a ser feita pela Deloitte e pelo Deutsche Bank) quando foi anunciada, no mês passado, ainda não tinha terminado, pelo que o valor final de necessidades financeiras do BPN ter-se-á elevado para os 2,5 mil milhões, segundo apurou o Diário Económico.

A CGD, em conjunto com BPN, já lançou um programa de emissão de dívida no montante total de dois mil milhões de euros (já autorizada) e posteriormente pediu autorização ao Estado para emitir mais mil milhões de euros. Trata-se de uma emissão de papel comercial que tem a "garantia total de subscrição pela CGD" e destina-se "a assegurar o financiamento de todas as necessidades de tesouraria do BPN decorrentes das responsabilidades pecuniárias assumidas na sequência dos apoios de liquidez prestados pela CGD no contexto da nacionalização, bem como a permitir o desenvolvimento da actividade bancária normal do BPN", revela o texto publicado em Diário da República. Contactado, o BPN não comentou. ■ com M.T.A.

BPN em números

Os prejuízos do BPN em Junho de 2008 (antes da nacionalização) eram de 33,6 milhões de euros.

A CGD, em conjunto com BPN, já lançou um programa de emissão de dívida no montante total de dois mil milhões de euros (já autorizada) e posteriormente pediu autorização ao Estado para emitir mais mil milhões de euros.

As imparidades de 1,8 mil milhões detectadas pelos auditores traduzem as perdas em créditos do BPN e também do Banco Insular, no BPN Cayman e no BPN IFI (de Cabo Verde).

IDENTIFICAÇÃO DE UM BANCO NACIONALIZADO

1 Que activos existem no BPN?

■ Cerca de 210 balcões que só têm interesse para um eventual comprador se incorporar os respectivos clientes (depósitos e crédito). O BPN tem 220 mil depositantes e um total de 5 mil milhões de euros em depósitos. Para além da carteira de depósitos, o BPN tem centros de empresas e tem ainda o negócio dos cartões. O BPN lançou uma rede concorrente da rede multibanco da SIBS, a Netpay. O BPN tem também a corretora Fincor, o BPN Gestão de Activos, a BPN Imofundos e o banco de investimento Efisa. Para além do BPN Brasil e a Creditus Brasil, o universo do BPN nacionalizado conta ainda com o BPN Cayman, o BPN Banque, o Banco Efisa, o BPN IFI, o BPN Imofundos, BPN Gestão de Activos, Real Vida Seguros e BPN Crédito IFIC.

2 A privatização total ou a venda de activos

■ A CGD terá antes de recuperar créditos (incluindo sobre a SLN), vender activos, provisionar as imparidades, aumentar o capital (com dinheiro do Estado) para resolver os problemas de solvência e de liquidez. No entanto, a venda de activos foi o que Miguel Cadilhe tentou fazer para salvar o BPN e não conseguiu. A nova administração da instituição nacionalizada, liderada agora por Francisco Bandeira, também já admitiu que quer vender alguns activos, sobretudo a Real Seguros e o Efisa. O banco alemão Landesbank Baden Württemberg (LBBW) chegou a aparecer como interessado na compra do Banco Português de Negócios (BPN) Brasil. O Sabadell foi dado como interessado na rede de balcões, mas Norberto Rosa apressou-se a dizer que "a venda tem de ser com os serviços centrais".



Paula Nunes

COMISSÃO OUVU
LUÍS CAPRICHOSO

Maria de Belém, presidente da comissão parlamentar de inquérito ao processo de nacionalização do BPN, vai chamar à Assembleia, segundo a edição do "Expresso" de sábado, Luís Caprichoso, antigo administrador e braço-direito de Oliveira e Costa no banco.

Solução para o banco no primeiro semestre

COSTA PINA garante que ainda não há decisões tomadas sobre o futuro do banco nacionalizado.

O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Carlos Costa Pina, disse à Lusa que conta ter uma solução para o Banco Português de Negócios (BPN) durante o primeiro semestre deste ano. Costa Pina adiantou que ainda "não há decisões tomadas mas que, como é evidente, estamos a trabalhar com esse objectivo". O Secretário de Estado respondeu assim quando confrontado com a apresentação de uma solução para o BPN, depois de em Janeiro ter sido entregue pela nova administração do banco nacionalizado, um plano que contém três soluções possíveis para o futuro do banco. Costa Pina referiu que os "trabalhos de avaliação da Deloitte e do Deutsche Bank ainda estão a decorrer, estando previsto que os relatórios sejam entregues até ao final de Março". A avaliação mais recente dava conta de imparidades no valor de 1,8 mil milhões de euros.

Ao mesmo tempo, o Ministério das Finanças está "a analisar com o apoio da Caixa Geral de Depósitos as alternativas em termos de soluções estratégicas para o banco", lembrou o governante. Na lista das soluções estará a privatização, após saneamento, a venda de activos e desmantelamento e a integração na CGD. Costa Pina não revelou detalhes das soluções em análise, por considerar que pode ser "pernicioso para o banco". E apelou ao facto de haver "uma instituição que tem de ser salvaguardada".

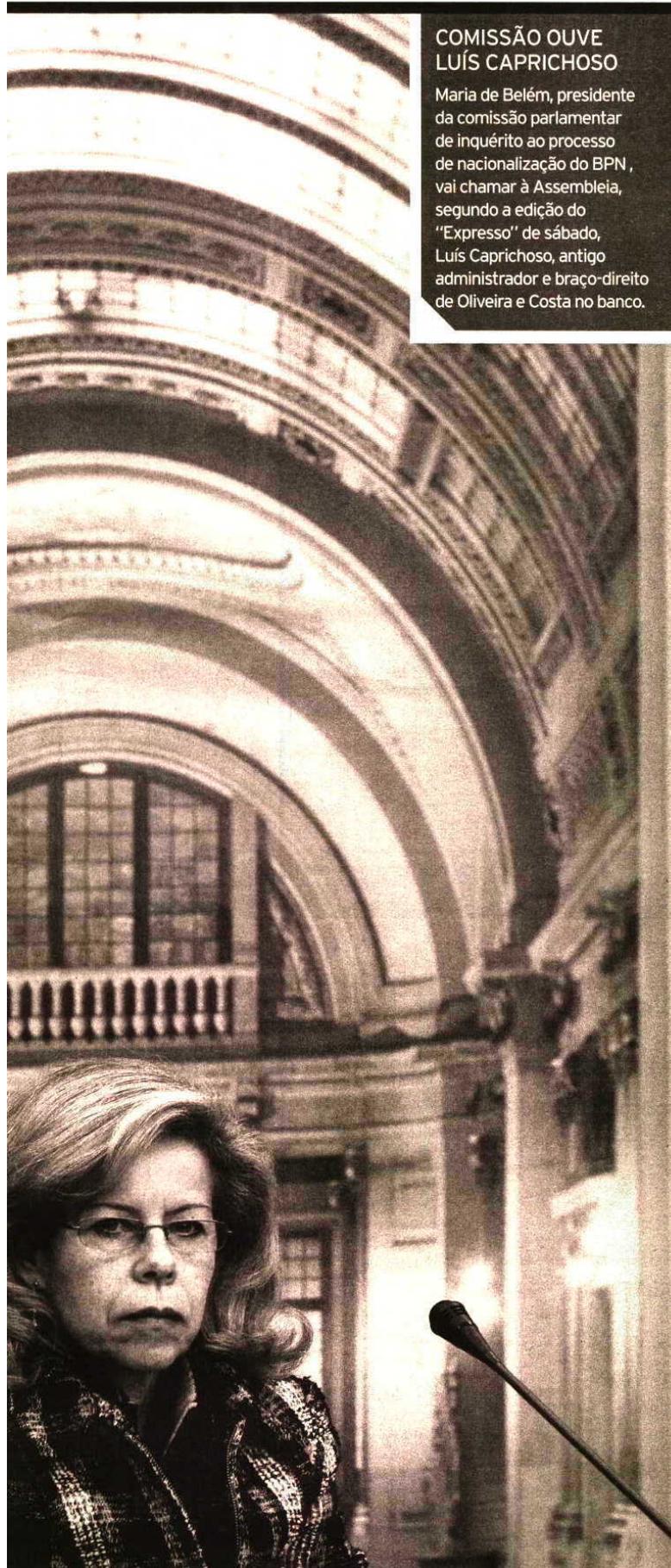
Sindicatos dos bancários acusam Governo

Os social-democratas do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI) acusaram ontem o Governo de não defender os trabalhadores do BPN. Isto porque em Janeiro, o SBSI foi informado que os cerca

Costa Pina referiu que os "trabalhos de avaliação da Deloitte e do Deutsche Bank ainda estão a decorrer, estando previsto que os relatórios sejam entregues até ao final de Março".

de 250 contratados a prazo do BPN iriam ser dispensados à medida que os contratos chegassem ao termo. O banco, que foi nacionalizado em 11 de Novembro de 2008, tem um total de 1.800 trabalhadores. O sindicato diz que "os bancários não podem ser penalizados pelas insuficiências da Supervisão Bancária". Os membros do SBSI, num comunicado enviado ontem, revelam que "é hoje claro que a nacionalização do BPN, podendo, porventura, resolver os problemas dos clientes desse banco, não acautela a defesa dos trabalhadores que ali exercem a sua actividade, independentemente do vínculo laboral que possuam". Os trabalhadores vão mais longe, dizendo que "ao contrário do que foi afirmado pelo governo socialista, a manutenção dos postos de trabalho não passa de uma promessa demagógica". ■ M.T.A.

Carlos Costa Pina
Secretário de Estado do Tesouro e Finanças





Salvação do BPN já está em 2,5 milhões de euros

Depois da declaração de Faria de Oliveira, presidente da Caixa Geral de Depósitos, de que - a ter opção - preferia não integrar o Banco Português de Negócios na Caixa, as contas à situação do BPN continuam a ser feitas em baixa. Se já se sabia que as imparidades da instituição financeira ascendiam a mais de 1,8 mil milhões de euros, fica a saber-se agora que o banco precisa de uma nova injeção de 700 milhões de euros para cumprir o rácio Tier 1. A recomendação, de resto, vem de cima: o Banco de Portugal, liderado por Vítor Constâncio, apontou a necessidade de, na actual conjuntura de turbulência dos mercados financeiros, os rácios de adequação de fundos próprios de base (rácio Tier 1) serem reforçados para um valor não inferior a 8%, até ao final de Setembro deste ano. A regra, claro está, aplica-se também ao BPN - vem é na pior das alturas. A cada dia que passa, de resto, parecem aumentar as dificuldades para a instituição - e para o próprio banco estatal, que acolheu o BPN após a nacionalização realizada no ano passado. **A.A** |



Dias Loureiro receberá petição para se demitir

Maria José Oliveira

● A petição *on-line* que pede a demissão de Manuel Dias Loureiro do Conselho de Estado tem quase 1400 subscritores. Um dos objectivos é alcançar duas mil assinaturas e enviar o documento para o ex-administrador do Banco Português de Negócios “nas vésperas” de este voltar a ser ouvido na comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN, afirmou Daniel Oliveira, autor do texto da petição e um dos impulsionadores da iniciativa, juntamente com Pedro Sales e Pedro Vieira.

Contactada pelo PÚBLICO, Maria de Belém Roseira, presidente daquela comissão, disse que ainda não foi agendada a nova audição a Dias Loureiro. A ideia de avançar com a petição foi anunciada no blogue *Arrastão*, da autoria de Oliveira, Sales e Vieira, há cerca de um mês. Apesar de se apresentar como um “manifesto” com contornos “simbólicos”, explica Oliveira, publicista e militante do Bloco de Esquerda, a petição será também entregue na Presidência da República.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS ESTUDA OPÇÕES COM A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Solução para o BPN encontrada até Junho

■ O Governo assegurou ontem que irá encontrar uma solução para o BPN durante o primeiro semestre deste ano. A garantia foi dada pelo secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Carlos Costa Pina, que avançou que os relatórios da "avaliação da Deloitte e do Deutsche Bank" deverão ser entregues "até ao final de Março".

Segundo adiantou o governante, o Ministério das Finanças está "a analisar com o apoio da Caixa Geral



JORGE PAULA

Carlos Costa Pina

de Depósitos as alternativas em termos de soluções estratégicas para o banco", mas recusou revelar mais pormenores, por considerar que pode ser "pernicioso" para o banco. "Há uma instituição que tem de ser salvaguardada", ressaltou.

Confrontado sobre se a solução para o BPN será encontrada durante o primeiro semestre deste ano, o governante foi directo: "É evidente. Estamos a trabalhar com esse objectivo." ■ LUSA



ID: 24206682

NETPAY

Parte do sistema de pagamentos do BPN na SIBS

SIBS reforça o controlo do mercado de processamento das transacções ao integrar parte do sistema criado por Oliveira Costa no BPN

Em 2005, o ex-presidente do Banco Português de Negócios (BPN) José Oliveira Costa lançou o Netpay, um sistema de pagamentos alternativo ao que existia na altura, da Sociedade Interbancária de Serviços (SIBS), onde estavam reunidos todos os outros bancos. Fê-lo em desafio aos concorrentes, chegando a referir que a 'ousadia' lhe tinha custado inimizades em toda a banca — e que por esse motivo era perseguido por toda a gente.

Agora, parte deste sistema de pagamentos vai ser integrado na SIBS, que detém o Multibanco, uma consequência da nacionalização do BPN, em Novembro.

Norberto Rosa, administrador da Caixa Geral de Depósitos (CGD), da SIBS e também do BPN (entrou após a nacionalização), quer colocar o processamento de pagamentos da Netpay na SIBS, uma solução que põe fim ao sistema autónomo do BPN. O BPN tem como suporte à Netpay a Bizfirst, uma empresa concorrente da SIBS, que ficou na Sociedade Lusa de Negócios (SLN), que era quem antes detinha o BPN.

Norberto Rosa explicou ao Ex-

presso que existem vantagens em colocar o processamento das transacções feitas nos terminais de pagamento automático (junto dos comerciantes) na SIBS devido a economias de escala e porque a manutenção do actual modelo da Netpay — venda de terminais, manutenção e processamento das transacções — não tem viabilidade. "Estamos a tentar arranjar uma solução satisfatória para todas as partes", afirma, acrescentando que "a rede Netpay não vai extinguir-se. Irá verificar-se uma migração do processamento das transacções para a SIBS como forma de garantir a continuidade deste serviço pelo BPN com custos mais reduzidos".

A decisão da actual administração do BPN irá assim devolver à SIBS o quase monopólio que esta detém na actividade de processamento de transacções. Ao que apurou o Expresso, esta actividade não dava prejuízos ao BPN nem à SLN. Segundo uma fonte do mercado de pagamentos, "a Netpay tem cerca de 20 mil clientes, processa por dia mais de 100 mil transacções e factura mais de €2 milhões". Norberto Rosa não dispõe ainda de informações sobre qual o preço a pagar pela migração deste serviço para a SIBS, embora lhe reconheça vantagens, e afirma que ainda "não está decidido quem pagará os custos desta operação". Sublinha também

que, como a SIBS irá certificar os terminais da Netpay, o campo de negócio da Datacomp (empresa da SLN que comercializa os terminais) "será ampliado podendo esta vender a qualquer entidade a operar no mercado português", o que hoje não é possível devido às diferenças de tecnologia.

Norberto Rosa afirma que em termos de concorrência ninguém ficará prejudicado mas não garante que os comerciantes (e, indirectamente, os consumidores) mantenham o mesmo nível de encargos. Com a concorrência da Netpay, as comissões da Unice, empresa que gere e emite cartões de pagamento, baixaram.

Não foi possível entretanto apurar os valores do diferencial no custo que actualmente a Netpay paga à Bizfirst e o que irá pagar à SIBS.

Questionada sobre o negócio, a administração da SLN diz estar a "desenvolver uma negociação que foi aberta por iniciativa da administração anterior. Além dessa negociação, estamos a avaliar, à luz dos nossos critérios, os contornos do negócio de novas tecnologias entre a SLN e o BPN que ficaram mal resolvidos com a nacionalização do BPN. Por esse conjunto de razões não podemos, ainda, quantificar as vantagens deste processo negocial".

ISABEL VICENTE e JOÃO RAMOS
ivicente@expresso.imprensa.pt



EMPRESAS

Contradições, mentiras e má memória

Comissão de inquérito ao caso BPN vai apresentar parecer ao Tribunal da Relação para **levantamento de sigilo**

Dois meses de trabalho intenso, 28 testemunhos e muitas revelações — algumas contraditórias e outras falsas — é o balanço do trabalho da comissão de inquérito parlamentar à supervisão e nacionalização do BPN.

Depois do silêncio a que se reteve o fundador do grupo, José Oliveira Costa, que marcou presença no Parlamento a 13 de Janeiro — dia do arranque das audições —, os sucessivos depoimentos até agora registados revelam-se contraditórios e alguns deles falsos perante a documentação a que a comissão foi tendo acesso. Os esquecimentos também marcam pontos entre alguns dos antigos responsáveis, não só do banco como da Sociedade de Lusa de Negócios (SLN), que o controlou até à nacionalização.

Outro dos problemas com que a comissão se depara é a recusa por parte do Banco de Portugal e do BPN na entrega de documentação considerada fundamental (ver caixa).

O deputado do Bloco de Esquerda, João Semedo, quer que a comissão discuta o que deve fazer com os testemunhos contraditórios e falsos. "Algumas afirmações foram desmentidas por testemunhos posteriores e por documentação que entretanto foi chegando à comissão", afirma. E defende que a documentação comprovativa sobre os diversos testemunhos falsos ou contraditórios deve ser enviada ao **Ministério Público**.

Uma proposta que não colhe a unanimidade na comissão, embora todos os deputados reconheçam que houve contradições entre testemunhos, pelo que este assunto terá de ser discutido. O mais certo é que a comissão apenas envie ao Ministério Público as conclusões do relatório final.

João Semedo alerta para o facto de que "quem vem à comissão está sujeito ao dever de verdade", e que "se este for desrespeitado pode consubstanciar um crime por falsidade de testemunho", que é punido com pena de prisão até três anos.

Entre as figuras de primeira linha, o regresso de Manuel Dias Loureiro, ex-administrador da SLN à comissão é certo. A segunda audição do conselheiro de Estado já foi aprovada, mas não será para já que Dias Loureiro poderá justificar aos deputados os



Oliveira Costa não falou à comissão, invocando o estatuto de arguido. Não está excluído que volte ao Parlamento FOTO ALBERTO FERIAS

seus 'esquecimentos' sobre a sua intervenção no negócio de Porto Rico e por que razão mentiu quando afirmou não ter tido uma participação activa no negócio, quando assinou vários contratos do negócio, inclusive a compra de acções do Excellence Assets Fund, o qual negou conhecer o nome.

"A repetição de audições, como a de Dias Loureiro, deve ser marcada o mais tarde possível, dado que falta ouvir muitos mais responsáveis pelo grupo e novas versões sobre os acontecimentos podem sur-

gir", defendem os deputados.

Também Abdool Vakil, administrador interino do BPN após a saída de Oliveira Costa do grupo, será chamado de novo. O CDS-PP considera que isso se justifica "pelas evidências que entretanto foram surgindo face ao seu conhecimento sobre matérias como o Banco Insular, em Março de 2008, e que apenas reportou ao Banco de Portugal em Junho". O deputado do CDS-PP Nuno Melo afirma que "hoje é possível dizer-se que Abdool Vakil conhecia factos que não comunicou ao Banco de Portugal, no mo-

mento em que os apurou". Prova disso é o famoso documento intitulado "Estado da Nação", de Março de 2008, que este mostrou aos accionistas da SLN.

Entretanto, a par de os deputados se confrontarem com a necessidade de ouvir pela segunda vez alguns dos responsáveis e ex-responsáveis do BPN e da SLN, a lista de audições inicial pedida passou de cerca de 40 pessoas para mais de 70.

Maria de Belém Roseira, deputada socialista, que preside à comissão, já pediu um esforço aos deputados no sentido de prescin-

direm de alguns depoimentos que possam revelar-se redundantes, mas há nomes indispensáveis. Entre eles está o de Luís Caprichoso, um dos homens fortes de Oliveira Costa, ex-administrador da SLN e presidente da Planfin — Serviços de Planeamento, Financeiro Internacional. Arguido no caso BPN, é também referido como um dos homens que ordenava operações sobre o Banco Insular. Os deputados vão notificar Caprichoso por escrito, já que o método informal que utilizam para contactar as pessoas que vão à comis-

DESBLOQUEAR SEGREDOS

Parecer pronto dentro de 8 a 10 dias

A comissão de inquérito ao caso BPN já pediu um parecer para apresentar no Tribunal da Relação a pedir o levantamento do sigilo invocado pelo Banco de Portugal, pela actual administração do BPN, pelos auditores e também revisores oficiais de contas do banco. O parecer foi pedido a Nuno Pissarro, professor da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Maria de Belém, que preside à comissão, adiantou que o parecer deverá estar pronto em oito dias. A recusa por parte destas entidades em facultar documentação — invocando sigilo profissional e bancário — dificulta o apuramento da verdade, esclarecimento de contradições e clarificação de falsos testemunhos. A audição de Camilo Lourenço, director da revista "Exame" em 2001, trouxe mais uma revelação ao dizer que o trabalho de investigação publicado há 8 anos sobre irregularidades graves no BPN "veio do próprio Banco de Portugal". O que dá consistência às afirmações da equipa de Cadilhe de que "alguns dos acontecimentos do BPN eram conhecidos em departamentos do BdP".

são não tem surtido efeito com este responsável.

As audiências com os revisores oficiais de contas (ROC) do BPN já estão agendadas, mas serão à porta fechada por imposição dos mesmos.

ISABEL VICENTE
ivicente@expresso.impresa.pt



Veja o dossiê sobre o tema
www.expresso.pt/dossies



Supervisor não teve 'mau feito' no caso BPN

O BANCO de Portugal (BdP) já estava preocupado com a situação do Banco Português de Negócios (BPN) em 2001, mas preferiu «**não ter mau feito**», disse no Parlamento o antigo director da *Exame*, Camilo Lourenço. A revista chamou a atenção, em Março desse ano, para o elevado crescimento da actividade do BPN. Segundo Camilo Lourenço, uma das primeiras informações sobre o banco veio do próprio BdP. O jornalista revelou ainda que o organismo não sabia sequer quem

eram os accionistas do banco. Os deputados da Comissão de Inquérito à banca querem agora decidir o que fazer com depósitos que consideram incoerentes e falsos, crime punível com penas de prisão até três anos. Dão o exemplo de Leonel Mateus, antigo assessor do BPN, que afirmou desconhecer o Banco Insular e as *offshores*, que terão sido criadas pela empresa que liderava, a Planfin. A Comissão quer também voltar a ouvir Abdool Vakil, antigo presidente interino do BPN. **E.C.**



Braço-direito de Oliveira Costa no Parlamento Luís Caprichoso, considerado o braço-direito do ex-presidente do BPN, José de Oliveira Costa, vai ser convocado para ir ao Parlamento na próxima semana no âmbito da comissão parlamentar de inquérito ao que se passou no banco. Caprichoso poderá invocar o estatuto de arguido para não falar.



Editorial

Editorial Já sabemos que os sistemas são diferentes e não comparáveis, mas não deixa de ser chocante o contraste entre o que se passa com Madoff e com Oliveira Costa

Brincar com a Justiça

Em momento de crise aguda, a Justiça torna-se um factor determinante de confiança. É por se saber isto que nos EUA o caso Madoff tem vindo a ser tão célere.

Recordemos: desde o momento em que foi denunciado até à prisão do ex-presidente do Nasdaq não passaram sequer 15 dias. Cerca de quatro meses depois, o ex-mago financeiro está preso, confessou os seus crimes e sabe-se que arrisca 150 anos de prisão. E já há outros banqueiros americanos (como Allen Stanford) a contas com a Justiça.

Entre nós, depois de muitos, mas muitos anos de suspeitas quanto ao grupo BPN, depois de notícias em revistas e jornais dando conta dessas suspeitas, depois de avisos mais ou menos ténues do Banco de Portugal, depois de uma enorme operação do Ministério Público sobre a banca (a chamada 'Operação Furacão') que reuniu toneladas de papel e gigabites de ficheiros, depois de o próprio banco ter sido nacionalizado para que não abrisse falência, levantaram-se suspeitas concretas sobre Oliveira Costa. As suspeitas avolumaram-se e o banqueiro foi, finalmente, constituído arguido e preso preventivamente.

Oficialmente, não sabemos, sequer, a razão por que é suspeito. Apenas que o é...

Nas conversas de rua e de café, nos blogues, nas redes sociais, as pessoas perguntam com razão — 'Mas é só ele?'; 'Não haverá mais gente envolvida?' Ninguém tem resposta, nada mais se sabe.

O seu braço direito, considerado o pai das *offshores*, Luís Caprichoso, não foi sequer notificado pela Comissão de Inquérito porque ainda não conseguiram contactá-lo pelos meios habituais. Parece que aquele administrador gosta de brincar com a Comissão e — quem sabe? — com a Justiça.

Dias Loureiro, publicamente acusado de mentir na Comissão Parlamentar, mantém-se sustentando o insustentável. Nem do Conselho de Estado se afastou, mas também não foi incomodado.

E, entretanto, passa o tempo, e o tempo passa uma esponja sobre os crimes e os ilícitos cometidos. Novos assuntos chegam à agenda e tudo se vai esquecendo, prescrevendo, justificando com fantasiosas explicações arrançadas à medida.

Apesar de a Comissão parlamentar estar a fazer um excelente trabalho — de facto, um trabalho tão bom que contribui para redimir as comissões parlamentares —, do lado da Justiça nada se sabe, tudo nos é ocultado. Que outras implicações, que extensão tem o caso, sabemos-lo esparsamente pela Imprensa e pelos depoimentos que se vão fazendo naquela Comissão de Inquérito.

Que diferença para o que se passa nos Estados Unidos! Sabe-se que o sistema de Justiça é diferente e não é sequer comparável, mas não deixa de ser chocante. O tempo passa, mas parece que pára na nossa Justiça.

Em breve nos interrogaremos por que razão Oliveira Costa está detido preventivamente, à espera de um desenlace que quando chegar perderá uma das principais razões de ser da Justiça: a exemplaridade!